

Crise na segurança ganha prioridade

GUILLERME PEIXOTO

O governo de Minas Gerais sinalizou início de negociações com os representantes das categorias da área da segurança pública, que de flagram greve na segunda-feira, pela recomposição das perdas dos salários para a inflação. Ontem, o governador Romeu Zema (Novo) cancelou viagem ao Interior e se reuniu com integrantes do secretariado em Belo Horizonte. Embora o Poder Executivo garanta estar empenhado na busca por soluções para dar fim ao impasse, sindicatos dos agentes de braços cruzados preparam os próximos passos do movimento de policiais civis e militares, e agentes penais e socioeducativos.

A equipe de Zema informou que o governador e seus secretários terão novos encontros ao longo da semana para tentar estabelecer diálogo com os servidores insatisfeitos. A disposição deles é só recuar quando o Palácio Tiradentes enviar à Assembleia Legislativa projeto de lei para viabilizar a reposição salarial. O secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Rogério Greco, gravou vídeo de alguns segundos prometendo "agendas prioritárias" em busca de saídas da crise.

Sem detalhar os planos da administração estadual na gravação, Greco disse ao Estado de Minas que não poderia revelar informações sobre a estratégia do governo na tentativa de conter o movimento. "O intuito do vídeo [foi] acalmar a categoria dizendo que a gente, se Deus quiser, vai resolver esse problema no mais breve espaço de tempo possível", disse.

Em entrevista ao EM, o sociólogo e ex-secretário-adjunto de segurança pública Luis Flávio Saporí afirmou que a paralisação dos policiais preocupa por se tratar de movimento "forte e coeso", capaz de provocar "recrudescimento da violência nas grandes cidades". A reunião de ontem convocada por Zema teve, ainda, as participações de Luisa Barreto, chefe da pasta de Planejamento e Gestão, e Igor Eto, da secretaria de Governo. Para conversar com os subordinados, o governador cancelou compromissos firmados na Zona da Mata.

"O governo entende que o assunto é prioridade e reforça que se mantém aberto ao diálogo por reconhecer a necessidade da recomposição salarial das forças de segurança e de todas as categorias do funcionalismo estadual, pautado por critérios de responsabilidade e previsibilidade fiscal", informou a administração mineira. Ainda em vídeo, o chefe da pasta de Segurança Pública aparece ao lado do comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar, coronel Edgard Estevo da Silva, do comandante-geral da Polícia Militar, coronel Rodrigo Sousa Rodrigues, e do chefe da Polícia Civil, Joaquim Francisco Neto e Silva.

A reunião de ontem ocorreu no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). Segundo o secretário Rogério Greco, as imagens não foram feitas para tentar colocar freio no movimento grevista. "Ninguém quer cessar movimento. A gente só está dando uma explicação do que está acontecendo".

OPERAÇÃO PADRÃO Em documento do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (Sindpol-MG), obtido pelo EM, a orientação é comparecer ao local de expediente, assinar o ponto e afixar cartazes informando sobre a paralisação. Uma das sugestões é redigir apenas 30% do número de boletins de ocorrência feitos normalmente, com prioridade ao turno matutino. Nos plantões, a ideia é priorizar casos noturnos.

Operações de prisão e busca e apreensão, segundo o Sindpol, só devem ser feitas em casos inadiáveis, como quando há risco à vida de potenciais vítimas. Quanto à jornada de trabalho, o pedido dos líderes do movimento aos policiais civis é o cumprimento das 40 horas semanais, desaconselhando atividades extras.

As delegacias virtuais vão receber ocorrência apenas se houver um investigador plantonista de expediente. Para os exames de direção, o pleito endereçado aos que compõem as bancas de testes é manter o agendamento de apenas 30% das provas marcadas.

A Associação dos Delegados da Polícia Civil de Minas Gerais (Adepol-MG) orientou os ofi-

ciais a não utilizarem recursos próprios para bancar viagens e unidades policiais. Eles só devem se locomover em carros oficiais que estejam com as revisões em dia. Viagens, por sua vez, só devem ser feitas se o governo já tiver depositado os valores correspondentes às diárias.

Os delegados, conforme a entidade classista, não devem permitir que funcionários cedidos por outras repartições públicas tomem à frente atribuições como a confecção de boletins de ocorrência e a tomada de depoimentos. Também de braços cruzados, os policiais penais foram desestimulados a cumprir serviços como o banho de sol. Se não houver resolução do impasse salarial até o fim de semana, as visitas aos presos ficarão em xeque. Escoltas serão realizadas só em casos urgentes.

No Instituto Médico-Legal (IML), os peritos foram instruídos a trabalhar somente em casos de homicídio, suicídio e acidentes de trânsito ou trabalho – desde que ao menos uma morte tenha sido constatada ainda no local da fatalidade. O documento enviado aos leigos é assinado pelo Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de Minas Gerais (Sindpecri). A Associação de Criminalística do Estado de Minas Gerais (Acemg) endossou a lista de recomendações.

Para a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), a tendência é que as orientações sobre a paralisação sejam divulgadas hoje. Apesar disso, os agentes devem seguir a chamada operação padrão, em que apenas atividades apontadas pelo regimento dos policiais são mantidas. Por isso, há uma debandada nos grupos das corporações no WhatsApp. A Constituição Federal impede que policiais militares e componentes das Forças Armadas façam greve. Em 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) estendeu o veto aos policiais civis. Em meio às incertezas que rondam a legalidade do movimento em alguns setores da segurança, os agentes pensam em soluções alternativas. As categorias da segurança reivindicam acordo de reposição salarial baseado em três parcelas – a primeira, de 13%, acompanhada de duas de 12%.



Manifestação em BH que deflagrou movimento: os policiais são orientados por sindicatos a reduzirem jornada e selecionar ocorrências

Especialista vê 'passividade'

BERTHA MARRAKOUM

Diferentemente de 1997, quando pela primeira vez na história de Minas, os praças da Polícia Militar entraram em greve para exigir a mesma recomposição salarial garantida a oficiais, a atual mobilização une servidores públicos de diferentes instituições da segurança – polícia militar, civil, penal e judiciária – e, no caso da Polícia Militar, tem praças e oficiais irmanados pela mesma causa. A avaliação é do sociólogo Luis Flávio Saporí, coordenador do Centro de Estudos em Segurança Pública da PUC Minas e ex-secretário-adjunto de Estado da Segurança Pública (2003 a 2007).

"Há uma coesão das diversas forças e entidades da segurança pública e, nesse sentido, esta mobilização é inédita e tem um perfil muito diferente em relação ao movimento de 1997", afirma Saporí. "É uma greve muito preocupante, que revela um nível de articulação que não via há muito tempo entre entidades e lideranças políticas. É um movimento forte, coeso, que traz, no curto prazo, risco de

recrudescimento da violência nas grandes cidades", destaca, referindo-se ao fato de que à medida em que a criminalidade percebe que a polícia não está atuando, surgem situações dramáticas já vistas em outros estados brasileiros, como Espírito Santo e Ceará, onde houve esse tipo de greve.

Embora o direito a fazer greve seja assegurado pela Constituição Federal de 1988 para que os trabalhadores possam defender os seus interesses, – existem exceções. Entre elas, estão os policiais militares e bombeiros, entendimento também fixado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2017. O artigo 42 da Constituição Federal e seus incisos sustentam que os membros das polícias militares e corpo de bombeiros são instituições organizadas com base na hierarquia e na disciplina e, como militares dos estados e do Distrito Federal, são aplicadas as mesmas disposições do artigo 142, que veda aos integrantes das Forças Armadas o direito de greve e de sindicalização.

Para policiais civis e outros membros de

instituições da segurança pública, essa vedação não se aplica. "Policiais militares e bombeiros estão proibidos de fazer greve em função do direito penal militar, que a considera motim. Para as outras categorias do serviço público, em princípio, não há essa objeção, nem para os policiais penais", considera Saporí. Apesar da vedação às greves de policiais militares, que podem ser punidas com a expulsão da corporação, Saporí assinala que em Minas e no Brasil nos últimos 30 anos, essas regras têm sido ignoradas, à medida em que policiais militares se sentem com representação política sólida.

O especialista critica o que chamou de "passividade" do governo Zema para a tomada de decisões. "Ao mesmo tempo em que o governador não negocia, tampouco busca contraponto para minimizar efeitos perversos da presença das polícias nas ruas", diz Saporí, frisando que Romeu Zema deve solicitar a Força Nacional de Segurança e do Exército para promover o policiamento ostensivo das grandes cidades mineiras, em particular a capital.

GADSON RODRIGUES/UMA PRESS

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política **Página:** 4